



CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NÚCLEO ÁSIA, RELATÓRIO IV ANO I

NÚCLEO ÁSIA

IV REUNIÃO DO GRUPO PERMANENTE DE ANÁLISE SOBRE CHINA

24 DE JANEIRO 2018

Conexões: Rio de Janeiro, São Paulo,
Brasília, Washington, Pequim

Palestrantes: Marcos Jank, Martus Tavares,
Adriano Zerbini, Fabiano Escher, Damares
de Castro Monte

TEMA

Complementaridade e
dependência: pensar fora da
caixa - Agronegócio

Sobre o CEBRI

Independente, apartidário e multidisciplinar, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) é uma instituição sem fins lucrativos, que atua para influenciar positivamente a construção da agenda internacional do país.

Fundado há quase 20 anos por um grupo de empresários, diplomatas e acadêmicos, o CEBRI tem ampla capacidade de articulação, engajando em seu plano de trabalho os setores público e privado, a academia e a sociedade civil. Além disso, conta com um Conselho Curador atuante e formado por figuras proeminentes e com uma rede de mantenedores, constituída por instituições de múltiplos segmentos.

www.cebri.org

CONSELHO CURADOR Aldo Rebelo; Anna Jaguaribe; Armando Mariante; Arminio Fraga; Carlos Mariani Bittencourt; Celso Lafer; Cláudio Frischtak; Daniel Klabin; Denise Gregory; Gelson Fonseca Jr.; Henrique Rzezinski; Joaquim Falcão; Jorge Marques de Toledo Camargo; José Alfredo Graça Lima; José Botafogo Gonçalves; José Luiz Alquéres; José Pio Borges; Luiz Augusto de Castro Neves; Luiz Felipe Seixas Corrêa; Luiz Fernando Furlan; Luiz Ildelfonso Simões Lopes; Marcelo de Paiva Abreu; Marcos Azambuja; Maria do Carmo (Kati) de Almeida Braga; Maria Regina Soares de Lima; Pedro Malab; Renato Galvão Flôres Jr.; Roberto Abdenur; Roberto Giannetti da Fonseca; Rafael Benke; Roberto Teixeira da Costa; Ronaldo Sardenberg; Ronaldo Veirano; Rubens Ricupero; Sérgio Quintella; Sérgio Amaral; Tomas Zinner; Vitor Hallack; Winston Fritsch

EQUIPE Diretora Executiva: **Julia Dias Leite** | Superintendente de Projetos: **Renata Dalaqua** | Coordenadoras Administrativas: **Camila Sabino; Fernanda Sancier** | Coordenadora de Comunicação e Eventos: **Giselle Galdi** | Coordenadora de Relações Institucionais: **Barbara Brant** | Assistente de Projetos: **Carlos Arthur Ortenblad Júnior; Gabriel Torres** | Estagiários: **Ana Vibranovski; Evandro Osuna; Luiz Gustavo Carlos; Maurício Alves; Nathália Miranda Diniz Neves; Thais Barbosa** | Consultores: **Angela Giacobbe; Suzana Green Haddad; Quillen Sanchez; Mariana Panero** | Projeto Gráfico: **Presto Design**

Todos os direitos reservados: CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - Rua Marquês de São Vicente, 336 - Gávea - Rio de Janeiro / RJ - CEP: 22451-044
Tel + 55 21 2206-4400 - cebri@cebri.org.br - www.cebri.org



CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NÚCLEO ÁSIA, RELATÓRIO IV, ANO I

NÚCLEO ÁSIA

IV REUNIÃO DO GRUPO PERMANENTE DE ANÁLISE SOBRE CHINA

24 DE JANEIRO DE 2018

Conexões: Rio de Janeiro, São Paulo,
Brasília, Washington, Pequim

Palestrantes: Marcos Jank, Martus,
Tavares, Adriano Zerbini, Fabiano Escher,
Damares de Castro Monte

Complementaridade e
dependência: pensar fora da
caixa - Agronegócio

NÚCLEO ÁSIA

O Grupo Permanente de Análise sobre China visa promover reflexão estruturada sobre os temas selecionados, com a participação de especialistas, do setor privado, do governo, e de outros *think thanks*, contribuindo para a formulação de políticas públicas e estratégias empresariais. Cada encontro conta com uma breve avaliação do histórico recente e da situação atual do tema em pauta por parte de um ou mais convidados, seguida de debate entre os participantes. O conjunto de avaliações e eventuais recomendações compõe um relatório final de cada encontro encaminhado a todos. A curadoria das atividades é realizada por Tatiana Rosito.

EDIÇÕES ANTERIORES:



RELATÓRIO I, ANO I
22 DE SETEMBRO DE 2017



RELATÓRIO II, ANO I
19 DE OUTUBRO DE 2017



RELATÓRIO III, ANO I
22 DE NOVEMBRO DE 2017



CONSELHEIRA

Anna Jaguaribe

Membro do Conselho Curador do CEBRI, é Diretora do Instituto de Estudos Brasil-China (IBRACH). Atualmente ela é Professora Visitante do Programa de Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Anteriormente trabalhou na Organização das Nações Unidas em Nova York e foi consultora da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em Genebra.



SENIOR FELLOW

Tatiana Rosito

Diplomata e economista, tendo servido mais de oito anos na Ásia, cinco dos quais na Embaixada do Brasil em Pequim, em que foi ministra-conselheira. Atualmente, é Representante-Chefe da Petrobras na China e Gerente Geral de Desenvolvimento de Negócios na Ásia. Foi Secretária-Executiva da CAMEX (Câmara de Comércio Exterior) e Assessora Especial dos Ministros da Fazenda e do Planejamento, entre outras funções no serviço público.



COORDENAÇÃO

Julia Dias Leite

Diretora Executiva do CEBRI desde 2015. Anteriormente trabalhou 10 anos no Conselho Empresarial Brasil-China, onde ocupou o cargo de Secretária Executiva. Recentemente foi escolhida pelo Departamento de Estado do Governo Americano para o programa de Jovens Líderes Mundiais.

SUMÁRIO

Conteúdo

QUESTÕES ABORDADAS	06
PALESTRANTES	07
RELATÓRIO DA IV REUNIÃO	08
Segurança alimentar da China e suprimentos de matérias primas no longo prazo: quais os limites e riscos desse casamento quase perfeito?	08
Como as reformas do lado da oferta e da propriedade rural e a economia verde transformarão a agricultura chinesa?	09
Verticalização da indústria agroalimentar e os investimentos chineses na cadeia produtiva em nível global: impactos, desafios e oportunidades para o agronegócio e a infraestrutura no Brasil	10
<hr/>	
Anexos	
FACT SHEET PRELIMINAR	12
Sugestões de leitura	15
Apresentação I: Marcos S. Jank	16
Apresentação II: Adriano Zerbini	
PARTICIPANTES DA IV REUNIÃO	26

QUESTÕES ABORDADAS

Segurança alimentar da China e suprimentos de matérias primas no longo prazo: quais os limites e riscos desse casamento quase perfeito?

Como as reformas do lado da oferta e da propriedade rural e a economia verde transformarão a agricultura chinesa?

Verticalização da indústria agroalimentar e os investimentos chineses na cadeia produtiva em nível global: impactos, desafios e oportunidades para o agronegócio e a infraestrutura no Brasil

PALESTRANTES DA IV REUNIÃO



Marcos Jank

CEO da organização Asia-Brazil Agro Alliance, foi Vice-Presidente da BRF, Presidente da ÚNICA e fundador do think tank ÍCONE. Mestre em Economia Agrícola pelo Institut Agronomique de Montpellier, França, e doutor pela FEA-USP, é membro do Conselho Curador do International Food Policy Research Institute (IFPRI).



Adriano Zerbini

Foi Diretor de Relações Corporativas da BRF S.A. Anteriormente, foi Gerente de Relações com o Mercado da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). Foi Assistente de Marketing da área de Fundos Globais do banco BNP Paribas em Paris. No setor público, teve passagens pelo Governo do Estado de São Paulo (Secretaria de Desenvolvimento) e pela Prefeitura de São Paulo (Secretaria de Relações Internacionais e Secretaria do Governo Municipal).



Fabiano Escher

Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com programa de doutorado sanduíche na China Agricultural University (CAU), integra a plataforma internacional de pesquisa em estudos agrários e agroalimentares nos BRICS – BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS).



Damares de Castro Monte

É pesquisadora da EMBRAPA desde 1989, onde atualmente coordena o Projeto de Intercâmbio, Caracterização e Avaliação de Recursos Genéticos entre a EMBRAPA e a Academia Chinesa de Ciências Agrárias. É pós-doutora em Biologia Molecular pela Universidade de Stanford e em Bioquímica pela Universidade da Califórnia.



Martus Tavares

Vice-Presidente de Assuntos Corporativos da Bunge, foi Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão entre 1999 e 2002. Mestre em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), é Presidente do Conselho da ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais.

Segurança alimentar da China e suprimentos de matérias primas no longo prazo: quais os limites e riscos desse casamento quase perfeito?

Em sua quarta reunião, o Grupo Permanente de Análise sobre China promoveu amplo debate sobre as implicações globais da estratégia chinesa para garantir sua segurança alimentar, destacando o papel central desempenhado pelas exportações do agronegócio brasileiro – em particular, do complexo soja, responsável por cerca de 43% das exportações totais e 80% das exportações do agronegócio para a China em 2017. Foram ressaltados, porém, os potenciais benefícios para o desenvolvimento brasileiro associados à diversificação da pauta de exportações em direção a produtos de maior valor agregado, particularmente carnes – com potenciais ganhos fiscais e de geração de empregos diretos e indiretos.

Participantes convergiram no diagnóstico de uma transformação fundamental na estratégia de segurança alimentar da China, com a tendência de migração da política de “autossuficiência a qualquer custo” para um novo conceito de segurança alimentar estratégica orientada pelo mercado. Com o desafio de suprir a demanda adicional por alimentos advinda de transformações em hábitos alimentares associadas à urbanização e ascensão da classe média, a China passaria a adotar uma política de abertura gradual e seletiva para a importação de determinados produtos agrícolas, principalmente de baixo valor agregado. O caso da soja seria emblemático, com importações representando 88% do consumo total chinês em 2016 – sendo o Brasil responsável pelo fornecimento de cerca de 40% deste montante, destinado principalmente à alimentação de aves e suínos.

Por outro lado, a entrada na China de produtos como o açúcar e o frango enfrentaria restrições significativas: enquanto as exportações brasileiras de frango estariam atualmente ameaçadas por investigações antidumping, o açúcar exportado pelo Brasil já enfrentaria barreiras decorrentes de processo de salvaguardas iniciado pela China em 2017, resultando em aumento substancial de tarifas. Ainda, observa-se a persistência da política chinesa de autossuficiência para produtos, como trigo, arroz e milho – embora, neste último caso, tenham sido levantadas expectativas de eventual abertura. Em última instância, reiterou-se o forte planejamento central e controle decisório da China no que concerne à sua política de segurança alimentar, configurando oportunidades para produtos seletos do agronegócio brasileiro.

Neste contexto, apesar dos benefícios expressivos para o Brasil associados à demanda chinesa por commodities agrícolas como soja e celulose, identificou-se a importância de diversificar a

pauta de exportações brasileira e ampliar a participação de produtos de maior valor agregado. Reiterou-se a potencial economia de recursos associada ao redirecionamento de parte das exportações de soja – destinadas largamente à alimentação de aves e suínos na China – para a produção doméstica e eventual exportação de carnes. Considerando a alta eficiência brasileira na produção de aves e suínos, bem como a crescente demanda por carnes observada na China, esta reorientação resultaria em ganhos substanciais para ambas as partes, inclusive do ponto de vista da redução do impacto ambiental de cadeias produtivas. Entretanto, entre os principais obstáculos à entrada de carnes brasileiras na China, destacaram-se a imposição de fortes restrições sanitárias e a habilitação pendente de diversos abatedouros brasileiros, refletindo a preocupação central da China com a qualidade do alimento.

Assim, para além do objetivo de garantir sua segurança alimentar, notou-se a crescente preocupação da China com a segurança do alimento (*food safety*), abrangendo desafios associados a rastreabilidade de produtos e transparência de processos. Com a proliferação de escândalos sanitários na China, assume caráter prioritário o monitoramento da qualidade e sanidade dos alimentos produzidos e importados. Neste âmbito, a cooperação técnica bilateral teria papel relevante, com grande potencial para iniciativas conjuntas em pesquisa científica e tecnológica nas áreas de saúde animal e novas tecnologias de produção.

Finalmente, como elemento chave para a formulação e concretização de uma estratégia estruturada para a China no agronegócio, destacou-se a importância crítica do engajamento do setor privado, inclusive no que se refere à proposição de estratégias de longo prazo em seus setores. A influência de grandes empresas representaria catalisador imprescindível, por exemplo, para a assinatura de um eventual acordo de livre comércio com a China, que garantisse benefícios tarifários e não tarifários maiores para as exportações brasileiras. Considerando a exigência de negociação conjunta com demais membros do Mercosul, porém, reiterou-se a necessidade prévia de aprofundar a coordenação entre políticas agrícolas no Cone Sul, avançando para uma posição unificada sobre sanidade animal e vegetal na região.

Como as reformas do lado da oferta e da propriedade rural e a economia verde transformarão a agricultura chinesa?

No que concerne à produtividade da agricultura chinesa, as discussões reiteraram o alto nível tecnológico da atual produção agrícola na China – principalmente de legumes, verduras e frutas – resultante de reformas estruturais que datam da década de 70. Buscou-se desfazer o mito de que a agricultura chinesa apresentaria baixos níveis de produtividade e incorporação tecnológica, tendo-se refutado a ideia de que a revolução agrícola chinesa estaria em estágios iniciais. Similarmente ao observado no Brasil, a agricultura chinesa teria experimentado ganhos de produtividade expressivos nas últimas décadas, de cerca de 3% ao ano – de tal

modo que, atualmente, a China ameaçaria a posição brasileira de liderança global no agronegócio, já à frente do Brasil como 3º maior exportador agrícola do mundo. Em particular, destacam-se as exportações chinesas de frutas e hortaliças, destinadas principalmente ao entorno asiático, responsável por absorver cerca de 70% deste fluxo.

O processo de modernização da agricultura chinesa teria sido fortemente alavancado por subsídios governamentais – superiores aos oferecidos na União Europeia e EUA – em um modelo baseado em capital e trabalho. A partir do uso intensivo de tecnologias modernas, incluindo drones e estufas de alta performance, este processo de modernização resultaria em verdadeira revolução na produção chinesa em larga escala de frutas, verduras e legumes – em um cenário no qual pequenos agricultores passam a representar fatia minoritária da produção agrícola total, de cerca de 20%. Deste modo, diferentemente do observado na Índia, por exemplo, as reformas na agricultura chinesa resultariam na liberação de mão de obra para o processo de urbanização chinês. Ainda, no processo de ampliação da produtividade agrícola, destacou-se a influência decisiva de transformações na propriedade coletiva da terra e da integração de cadeias produtivas.

O principal desafio de longo prazo para a agricultura chinesa, assim, consistiria não no aumento da produtividade, mas na garantia da produção sustentável. O processo de reformas teria sido caracterizado pelo uso indiscriminado e em alta quantidade de insumos agrícolas, deflagrando a atual preocupação com temas como contaminação do solo e de cursos d'água. Neste campo, destacou-se o potencial da cooperação bilateral com o Brasil para a geração de novas tecnologias sustentáveis, inclusive no âmbito dos aportes à ciência, tecnologia e inovação previstos pela iniciativa Made in China 2025.

Verticalização da indústria agroalimentar e os investimentos chineses na cadeia produtiva em nível global: impactos, desafios e oportunidades para o agronegócio e a infraestrutura no Brasil

Como característica central da estratégia de segurança alimentar chinesa, destacou-se a tendência de expansão dos investimentos globais da China na cadeia do agronegócio, conectada ao processo de internacionalização de estatais chinesas. Operações como a compra da suíça Syngenta pela Chemchina, na área de agroquímicos e biotecnologia, ou da Noble Agri e Nidera pela COFCO – esta última passando a integrar o grupo das maiores empresas do setor, reunidos na sigla “ABCCD” – indicariam o desígnio da China de ampliar o controle sobre cadeias de suprimento e, eventualmente, cadeias de valor no agronegócio global. Nesse contexto, dados de pesquisas de campo no Mato Grosso indicam que a COFCO já estaria originando percentual elevado da soja que comercializa do Brasil, em paralelo à redução da

participação das demais traders. Observou-se a importância de investimentos no âmbito da *Belt and Road Initiative* (BRI), tendo sido destacada reunião recente da CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos – na qual a China convidou formalmente a América Latina a integrar a iniciativa.

O processo de verticalização e integração de cadeias produtivas no agronegócio almejado pela China representaria tanto desafio quanto oportunidade para o Brasil, particularmente a partir da ampliação de investimentos cruzados em etapas diversas da cadeia produtiva – neste sentido, para além da atração de investimentos chineses na agroindústria brasileira, reiterou-se a importância de ampliar participações de empresas brasileiras na China, por exemplo, na área de distribuição e processamento de alimentos. Entretanto, ressaltou-se que a verticalização não necessariamente conduz à maximização de competências – em determinados casos, a verticalização excessiva poderia restringir a qualidade da expansão de negócios, tornando preferível a integração de cadeias produtivas.

Ainda, para além da atração de investimentos em etapas diretamente relacionadas à produção agrícola, destacou-se a importância de atrair investimentos em infraestrutura e logística, com potencial para aumentar eficiência e reduzir custos de transporte em regiões produtoras. Estes investimentos seriam necessários inclusive para a viabilização da exportação em larga escala de produtos como o milho – que apresentam valor por tonelada inferior à soja – com grande expectativa entre estados produtores, como o Mato Grosso, por investimentos desta natureza. Indicou-se o interesse declarado da China em novas rodadas de concessões para construção e operação de ferrovias e terminais portuários no Brasil. Por outro lado, apesar do também declarado interesse da China em investimentos relacionados à compra de terras, identificou-se grande resistência no Brasil – bem como em demais países afetados na África e América Latina – a este tipo de aquisição, com poucos casos de sucesso de empresas chinesas, frente a fortes restrições legais à compra de terras por estrangeiros.

Finalmente, além da aquisição de empresas com bases tecnológicas já consolidadas no exterior, ressaltou-se o objetivo da China também de promover a capacitação de empresas chinesas via cooperação científica e tecnológica. Neste sentido, indicou-se que a BRI também apresentaria uma dimensão de projeção do *soft power* chinês associado à cooperação em ciência e tecnologia com países diversos – oferecendo amplas oportunidades ao Brasil para a geração de novos negócios através do desenvolvimento tecnológico.

ANEXO I: Fact Sheet preliminar

A segurança alimentar é um dos pilares do socialismo com características chinesas, tendo como pano de fundo a instabilidade causada num país altamente populoso por grandes fomes no passado. Embora a China tenha sido responsável na última década por dois terços da redução global no número de pessoas famintas, fundamental para o alcance desse Objetivo de Desenvolvimento do Milênio em 2015, o país ainda possui desafios relacionados à desnutrição, pobreza e desigualdade entre áreas rurais e urbanas. Mas além de ser a maior importadora de matérias-primas agrícolas, a China é ela própria uma potência agrícola e agropecuária, tendo ainda cerca de 46% de sua população vivendo em áreas rurais e buscando a autossuficiência em muitos produtos. Questões ligadas à produção agrícola e à alimentação na China são centrais para a estabilidade do país e também passam por transformações à medida que a população chinesa se urbaniza e são incentivadas novas formas de uso da terra e de agregação de valor no campo, além das mais recentes reformas do lado da oferta produtiva.

O Brasil é uma potência exportadora agrícola mundial e a China absorve 25% das exportações do agronegócio brasileiro (outros 20% destinam-se a outros países da Ásia), com destaque para a soja, que representa metade das exportações totais do Brasil para a China e chega a representar 40% das importações chinesas do produto. Outros produtos importantes são celulose, carnes, açúcar, algodão e couros. O complexo soja é emblemático da relação de complementaridade e dependência Brasil-China.

Nesse contexto, importa menos, do ponto de vista dos dois lados no longo prazo, medir o grau preciso de dependência (que pode variar ao longo do tempo e ser mais favorável ao comprador ou ao vendedor, dependendo dos preços, de novos ofertantes, de desastres naturais, de políticas específicas, de mudanças tecnológicas e de movimentos empresariais, etc.) que buscar construir um ambiente comercial bilateral (e, cada vez mais, de investimentos) saudável e sustentável. Tal ambiente deve atender aos interesses dos dois lados e proporcionar perspectivas de crescimento da produção, a custos razoáveis, e da renda, permitindo a cada um seguir o seu caminho de desenvolvimento. Mais do que isso, um entendimento de longo prazo entre Brasil e China na área do agronegócio também é um sinalizador fundamental de sustentabilidade, que pode contribuir para a criação de parâmetros globais de transição para a economia de baixo carbono. Recorde-se a ênfase da nova liderança chinesa na qualidade do crescimento (em vez da velocidade) e no combate à pobreza e à poluição.

Para o Brasil, sobressai o *trade-off* entre a exportação da soja em grão, que hoje constitui

praticamente a totalidade das exportações do setor, e de produtos com mais agregação de valor, a começar pelo farelo, mas também o óleo e, sobretudo, as carnes. Sabe-se que parte do problema está relacionado a distorções da própria estrutura tributária nacional em favor das exportações de matérias-primas (ICMS interestadual, créditos do PIS/Cofins, burocracias na recuperação de créditos tributários). Por outro lado, o crescimento das exportações dos produtos de maior valor agregado também dependerá de maior acesso a mercados, redução de barreiras técnicas, sanitárias e fitossanitárias e de um consistente trabalho de imagem do agronegócio brasileiro e de agregação de valor mediante diferenciação e criação de marcas sólidas. Nesse contexto, o lançamento, em 2017, do Programa de Imagem e Acesso a Mercados do Agronegócio Brasileiro (PAM-Agro), liderado pela ApexBrasil e com a participação fundamental de entidades privadas do agronegócio, abre uma janela de oportunidade.

O relatório de governo apresentado pelo Primeiro-Ministro chinês anualmente ao Congresso do Povo começa pela agricultura, o que denota a importância desse setor para a economia, apesar de sua decrescente participação no PIB. No segundo semestre de 2017, foram lançados pelo governo chinês dois importantes documentos que influenciarão o curso da agricultura no país nos próximos anos: Guidelines on Green Agriculture (ver http://www.china.org.cn/china/2017-10/02/content_41678161.htm) e Guideline on Supply-Side Reform in Agriculture (ver http://www.chinadaily.com.cn/business/2017-09/09/content_31763731.htm e http://www.chinadaily.com.cn/m/drc/2017-03/24/content_28669090.htm). Os documentos buscam consolidar objetivos já traçados nos planos gerais de governo e da agricultura. Ressalte-se o objetivo de que a indústria do agronegócio se expanda a 7% ao ano em valores reais e que a taxa de processamento doméstico de grãos chegue a 88% nos próximos anos. Entre outros objetivos do plano estão a produção de no mínimo 550 milhões de toneladas de grãos utilizando não menos do que 124 milhões de hectares e a expansão de um programa Internet Plus para o campo. Em 2020, espera-se que pelo menos 50 empresas chinesas da área de grãos tenham faturamento de pelo menos US\$ 1,5 bilhão ao ano.

As reformas do lado da oferta produtiva (supply-side reforms) na agricultura chinesa vão em direção à redução de estoques e redução substancial ou eliminação de preços de mínimos. No caso do milho, segundo análise da consultoria Dragonomics, um sistema de controle de preços e estoques estava em vigor desde 2008, o que elevou os preços internos muito acima daqueles do mercado internacional, gerou excesso de oferta e estoques e resultou na importação de milho. Com o fim do sistema, os preços caíram cerca de 44% em relação a 2014 e é possível que a China passe a exportar milho. Em 2014, também foram modificadas as políticas de apoio para soja e arroz. Por outro lado, com vistas a incentivar a utilização dos estoques de milho e proteger os produtores, o governo passou a incentivar a produção de etanol, que era desincentivada justamente para não competir com os grãos destinados à alimentação. O governo traçou a meta de misturar 10% de etanol na gasolina a partir de 2020. Para o Brasil, importa seguir de perto essas reformas na agricultura chinesa, que podem constituir desafios e oportunidades para os produtos e exportadores brasileiros.

As transformações dos hábitos alimentares na China estão relacionadas à urbanização, im-

primindo novos hábitos de consumo, mas também ao rápido crescimento da renda, especialmente de nova classe média, que representava 6% da população em 2010 mas poderá chegar a 50% da população em 2020 (ver pág. 5 do artigo Drivers and Implications of Chinese Investments in the Brazilian Agribusiness: Actors, Strategies and Market Dynamics of the Corporate Food Regime, incluído na sugestão de leituras).

Sabe-se que, por limitações geográficas e topográficas, a China dificilmente conseguirá expandir sua produção para atender ao crescimento esperado da demanda por alimentos. Embora o país mantenha uma estratégia de fornecer pelo menos 95% dos grãos essenciais para a alimentação (em particular arroz, trigo e milho), questões ligadas à produtividade e sustentabilidade econômica fazem com que a China importe hoje mais de 80% da soja que consome. Por outro lado, a China tem buscado aumentar a produtividade de sua agricultura, inclusive com reformas do sistema de propriedade coletiva da terra, que permitirão aos agricultores tirar mais benefícios de sua participação nas terras coletivas, promovendo maior mecanização e aumento da produtividade. (http://english.agri.gov.cn/news/dqnf/201712/t20171228_295927.htm).

Para o Brasil, é de particular importância o crescente consumo de proteína animal na China, o qual está diretamente relacionado às exportações brasileiras de soja, um dos principais insumos para a alimentação dos rebanhos na pecuária, mas também à exportação de carnes. Enquanto as importações de soja pela China são crescentes, as importações de carnes crescem de forma mais limitada. Em 2015, as importações de carnes correspondiam a frações muito pequenas do consumo total chinês (1,5% para suínos, 3,1% para aves e 6,4% para bovinos), embora as importações de carne bovina tenham experimentado crescimento exponencial desde 2012. Há projeções de que a China representará um terço do crescimento do consumo projetado de proteína animal nos próximos anos. Embora as aves brasileiras representem mais de 80% das importações chinesas do produto, haveria espaço para crescimento das exportações totais e também para o crescimento do percentual das exportações de carne bovina e suína. Tal crescimento dependeria de uma nova fase de aprofundamento da parceria estratégica, que poderia incluir investimentos cruzados, maior agregação de valor às exportações brasileiras, processamento de carnes brasileiras na China, alianças entre empresas dos dois lados e cooperação técnica e tecnológica.

O governo chinês reconhece os importantes desafios do país na produção de proteína animal, inclusive no que se refere a custos e produtividade. A estratégia de autossuficiência tem sofrido transformações ao longo do tempo, estando mais concentrada hoje nos grãos essenciais para a alimentação e subordinada a um conceito de “segurança alimentar estratégica”, com elementos de mercado. Ao lado das mudanças nas políticas de preços mencionadas acima (milho), o caso da produção de suínos é emblemático e permite relacionar a estratégia nacional à expansão dos investimentos chineses. Se, até os anos 80, os pequenos produtores familiares respondiam por 95% da carne suína produzida na China, hoje eles respondem por cerca de 30%, sendo a maior parte de produtores médios ou grandes. A produção de suínos se dá de forma integrada e verticalizada, com base em grandes empresas com contratos dire-

tos com produtores e controle de insumos, processamento e distribuição da cadeia alimentar proteica. É o caso da Shanghai, originalmente uma empresa estatal que, a partir de 2009, recebeu investimentos privados chineses e estrangeiros e, em 2013, adquiriu a Smithfield, tornando-se a maior produtora e distribuidora mundial de carne de suínos.

A grande quantidade e volume dos investimentos chineses no exterior em empresas do agro-negócio nos últimos anos não deixa dúvida de que está em curso a implementação de uma estratégia consistente por parte da China de obter maior controle da cadeia alimentar de grãos e proteínas, desde as sementes e produtos químicos até o processamento, distribuição e a venda de produtos, passando, especialmente no caso brasileiro, por logística e infraestrutura (ChemChina comprou a Syngenta em 2017 e a COFCO comprou a Noble e a Nidera, em 2014; houve, ainda, aquisição da Fiagril pelo Grupo Pengxin/Hunan Dakang, entre outros. Ver lista mais completa na página 12 do texto “Drivers and Implications of...”). Essa estratégia vai ao encontro do desejo de assegurar segurança alimentar num contexto de transformação dos hábitos alimentares, em direção a um maior consumo de carne. Por outro lado, como acima mencionado, a China também deseja aumentar o processamento próprio de grãos e consolidar grandes conglomerados globais, o que representa uma mudança em relação ao sistema global que vigorou nas últimas décadas e no qual se deu o extraordinário crescimento da agricultura e da produtividade agrícola brasileiras. Isso não significa que esse crescimento não continuará a ocorrer. Mas ele poderá requer novas alianças, novas políticas, novas estratégias por parte das empresas e do próprio governo brasileiro.

Sugestões de leitura

Escher, Wilkinson e Pereira (2017). **Drivers and Implications of Chinese Investments in the Brazilian Agribusiness: Actors, Strategies and Market Dynamics of the Corporate Food Regime**. Conference Paper No. 34 at the 5th International Conference of the BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies

Wilkinson, Wesz e Lopane (2016). **Brazil and China: the agriculture connection in the Southern Cone Context. Third World Thematics: A TWQ Journal**, 2016. <http://dx.doi.org/10.1080/23802014.2016.1259581>

APRESENTAÇÃO I:

Marcos S. Jank



MARCOS S. JANK

Grupo Permanente de Análise sobre China
COMPLEMENTARIDADE E DEPENDÊNCIA:
AGRONEGÓCIO

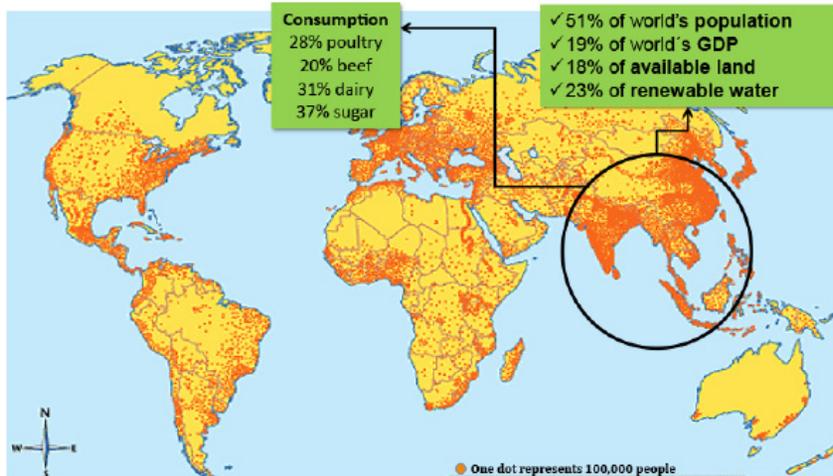
Background Slides

CEBRI

24 January 2018



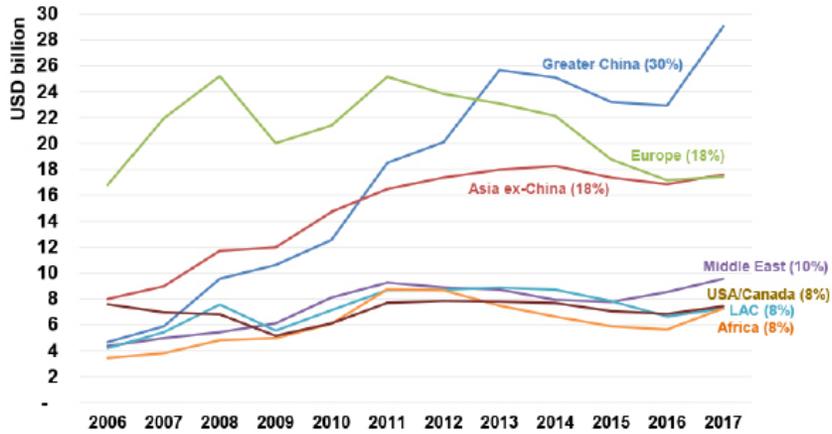
Uneven distribution of consumption and resources



SOUTH AND SOUTH-EAST ASIA: Bangladesh, Bhutan, Brunei, Cambodia, China, Hong Kong, India, Indonesia, Lao, Macao, Malaysia, Myanmar, Nepal, Pakistan, Philippines, Singapore, Sri Lanka, Thailand, East Timor, Vietnam



Brazilian Agri-Food Export Destinations

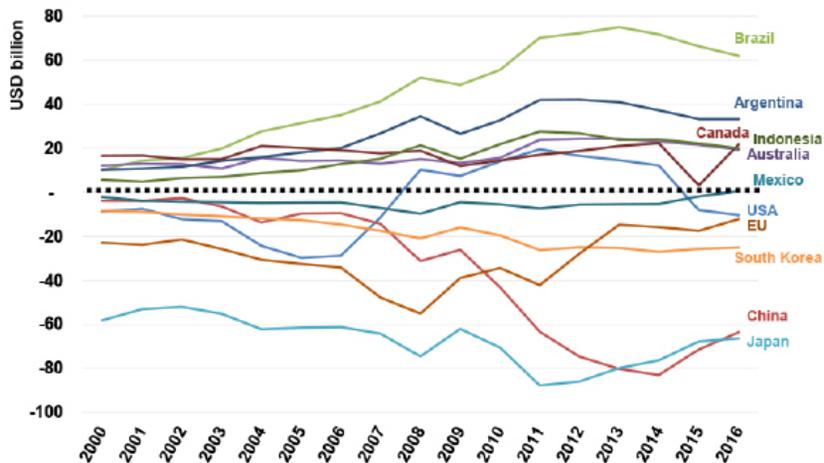


Source: MAPA (Agrostat)

China: China continental + Hong Kong + Macau; Asia ex-China includes Russia and Central Asia



Top global trade surpluses and deficits in the agri-food sector

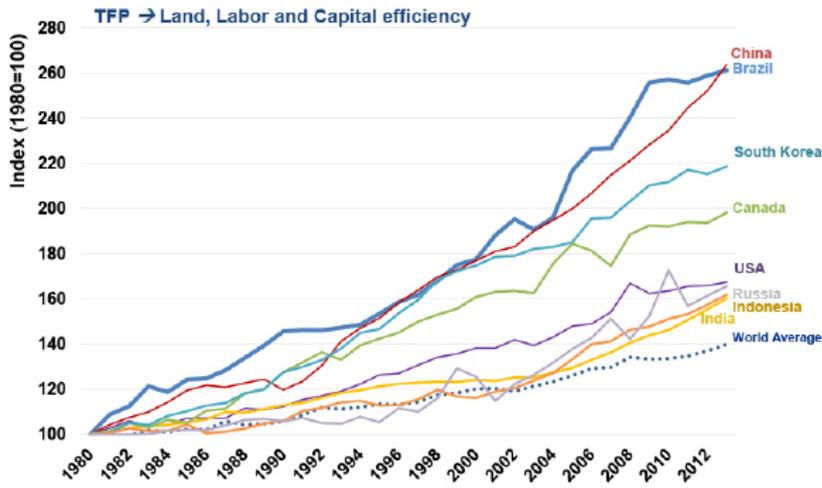


Source: OMC.

Note: China: China continental + Hong Kong + Macau



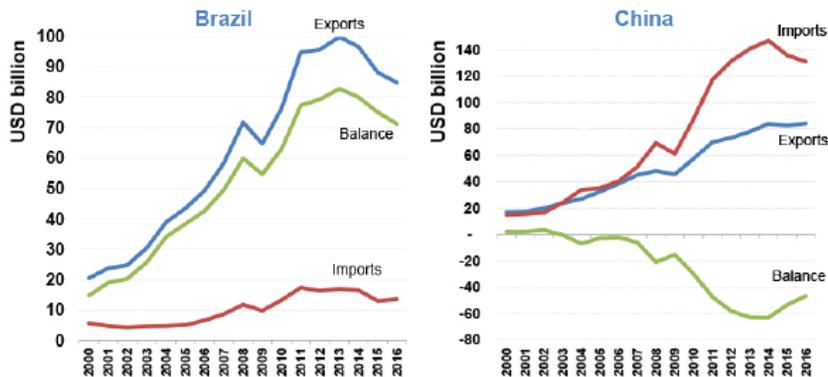
Total Factor Productivity (TFP) growth in agriculture



Source: USDA/ERS International Agricultural Productivity data product
 Note: The TFP (Total Factor Productivity) represents the aggregate efficiency of land, labor and capital resources. Higher TFP means more efficient the production outcomes.



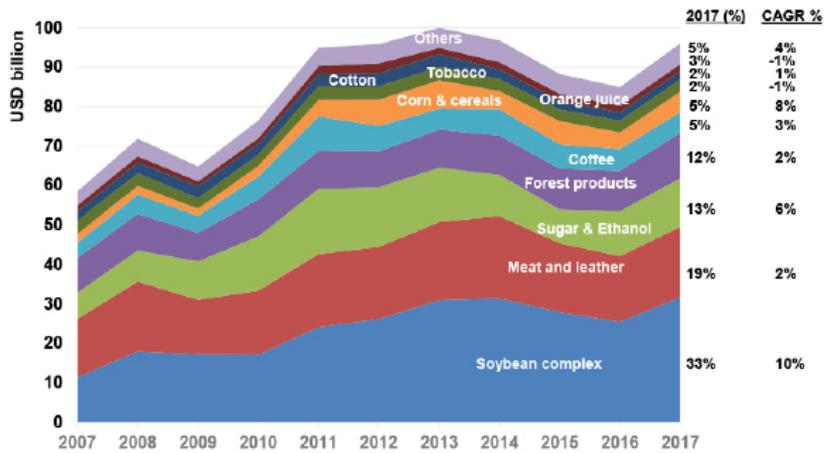
BRAZIL and CHINA Agri-Food Trade Balance (Value)



Source: MAPA (Agrostat), USDA and UN Comtrade



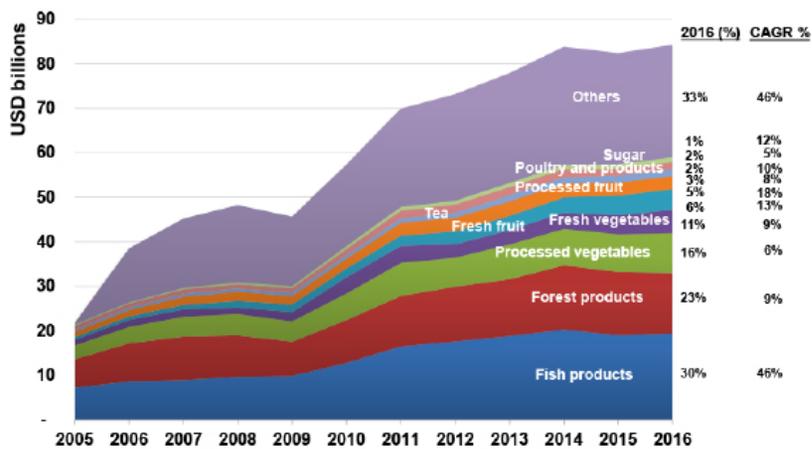
BRAZIL Agri-Food Exports by Product (Value)



Source: MAPA (Agrostat)



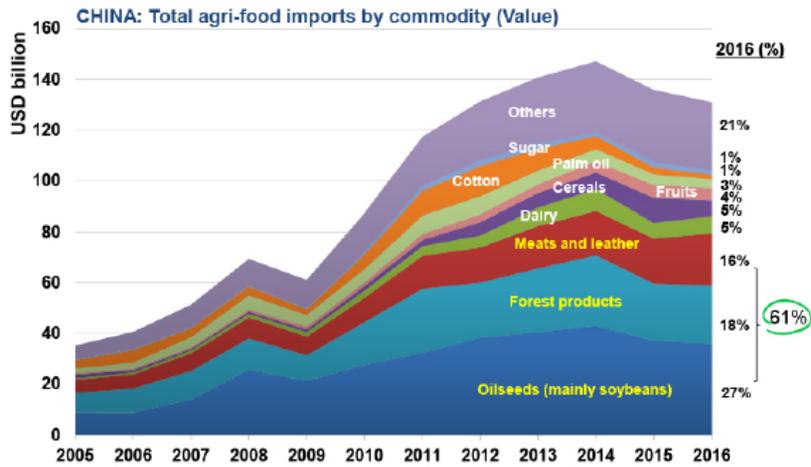
CHINA Agri-Food Exports by Product (Value)



Source: USDA and UN Comtrade



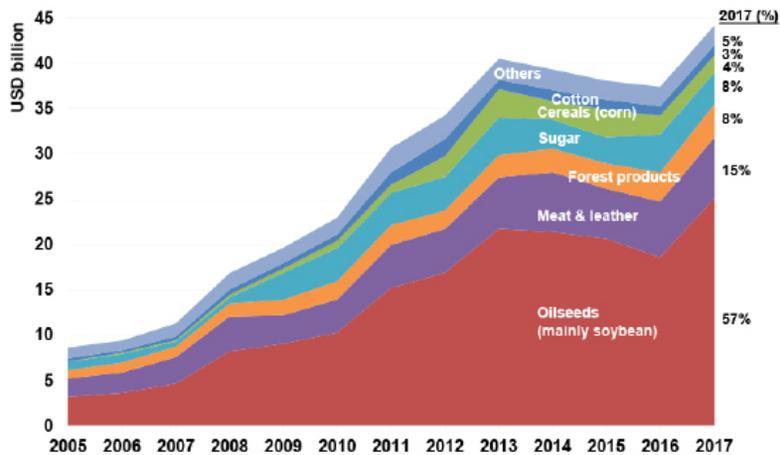
CHINA: Top 3 sectors comprise 61% of total agri-food imports



Source: UN COMTRADE, USDA



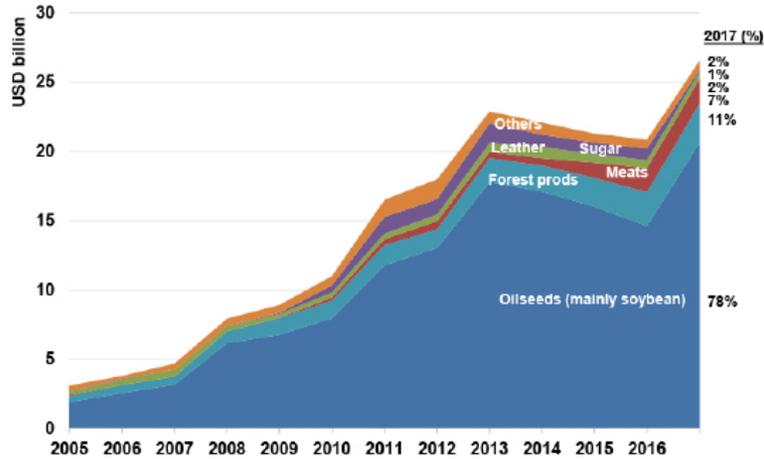
ASIA Brazilian Agri-Food Exports (USD)



Source: MAPA (Agrostat)



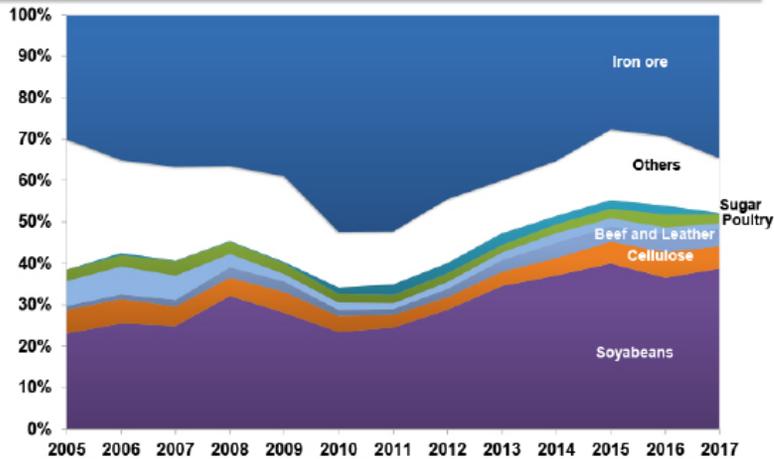
CHINA Brazilian Agri-Food Exports (USD)



Source: MAPA (Agravestat)



GREATER CHINA Top Brazilian Exports (100% Value)

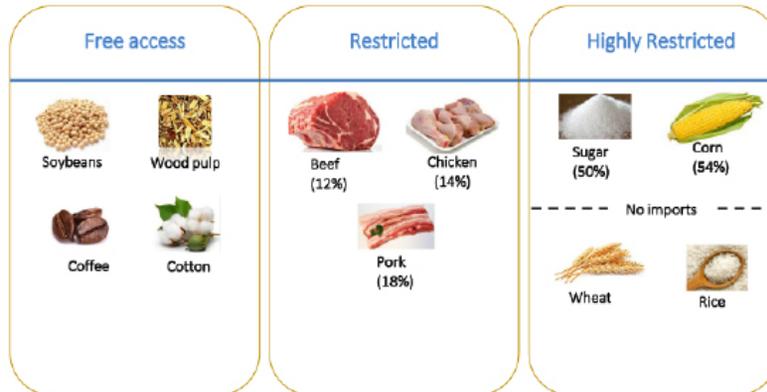


Source: MAPA (Agravestat)

Note: sugar and poultry: 4% exports agro, ~3% exports Brasil to China



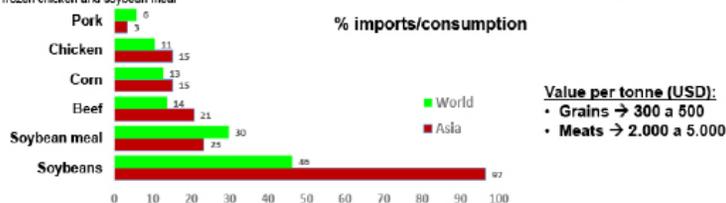
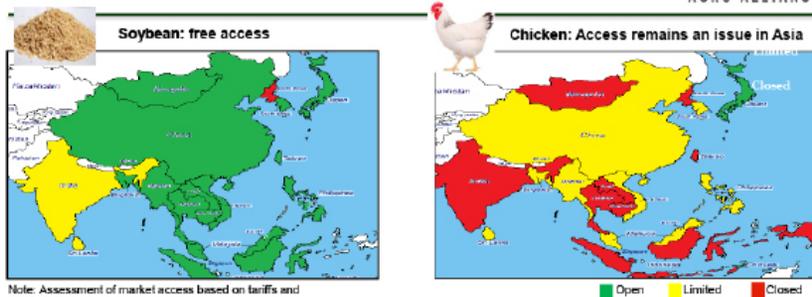
China's access to top agri-food export commodities



% indicated = Tariff rates faced by Brazil into China; Nil = no exports in 2015. Source: TradeMap using UN ComTrade data



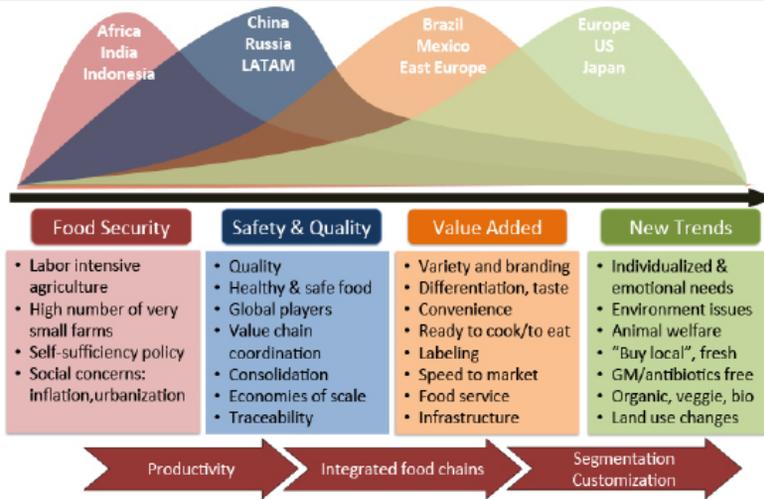
Market access for animal protein more complex than feed



Source: 1. USDA reports on Livestock & Poultry, Grains and Oilseeds (2014 data) 2. OECD-FAO Agricultural Outlook 2014.
 Note: For soybeans, crush volume is approximated for consumption volume.



Food chains: different drivers, different speeds



Elaboration: BRF (Marcos Jank). LDC: Least Developed Countries.



Key Chinese Investments in Brazil



- Total of US\$ 53 billion in acquisitions in Brazil agriculture & energy (2007 to 2013)
- Building globally integrated agri-food value chains.

AGRIBUSINESS in Brazil

Year: 2013
China: BBKA Group
Established: corn processing unit in Mato Grosso

Year: 2014
China: COFCO
Acquired: Noble Agri (HK) and Nidera Agri (Holland)

Year: 2014
China: Tide Group
Acquired: Prentiss Quimica

Year: 2016
China: China National Chemical Group (ChemChina)
Acquired: Syngenta, Switzerland

Year: 2016
China: Shanghai Pengxin Group (FIAGRIL Group)
Acquired: FIAGRIL

ENERGY in Brazil

Year: 2014/2015
China: State Grid
Acquired: Furnas e Eletronorte Energia

Year: 2014/2015
China: China Three Gorges (CTG)
Acquired: Triunfo Participações/ CESP Energia and EDP Renewable Energy

Year: 2015
China: Shandong Electric Power Construction Corporation
Acquired: Ouro Negro Energia

AGRIBUSINESS in China

Year: 1990
Brazil: Marfrig/Keystone

Year: 2015
Brazil: BRF

Year: 2010
China: Suzano



Brazilian Agri-Food Trade and Investment Agenda in China



-
- Build a **China-Brazil long-term strategic partnership in the agri-food sector**, focusing on trade, investment, technical cooperation, food security and food safety issues;
 - **Map and engage key stakeholders**, such as government institutions, associations, opinion leaders, Academia and research centers. Prepare **sectorial roadmaps**, organize **workshops and visits** to targeted stakeholders in both countries;
 - **Increase market access**: plant approvals (new plant approvals and re-listings), opening of new segments (offal, processed/branded meats, genetic materials, etc.), pre-listings, register process, technical questionnaire evaluation deadlines, disease free status (beef/swine);
 - **Reduce/eliminate tariffs** (corn, sugar ethanol, soy soil, etc.) **and address non-tariff barriers** (sanitary, technical, etc.);
 - Address recent **trade remedy measures** → dumping investigation on Brazilian poultry exports, safeguards measures against all sugar imports;
-



Brazilian Trade and Investment Agenda in China



-
- **Market Access challenges:**
 - Free access only for soybeans, cellulose, cotton, leather.
 - Export diversification and value added products (ex: soy → meats).
 - **Strategic partnership in the agri-food sector:**
 - Outbound investments to secure consistent supply (energy, trading, ag processing, storage, railroads, ports).
 - Globally integrated agri-food value chains
 - Joint investments upstream (Brazil) and downstream (China)
 - **Quality and food safety issues** (i.e reduce sanitary risks, global diseases)
-



THANK YOU!

Marcos S. Jank
Isabel Cleaver

marcos@jank.com.br

SPONSORS



INSTITUTIONAL PARTNERSHIPS



APRESENTAÇÃO II: Adriano Zerbini



O setor de carnes de aves e suínos do Brasil



Produção: 15,8 milhões de tons (2017)

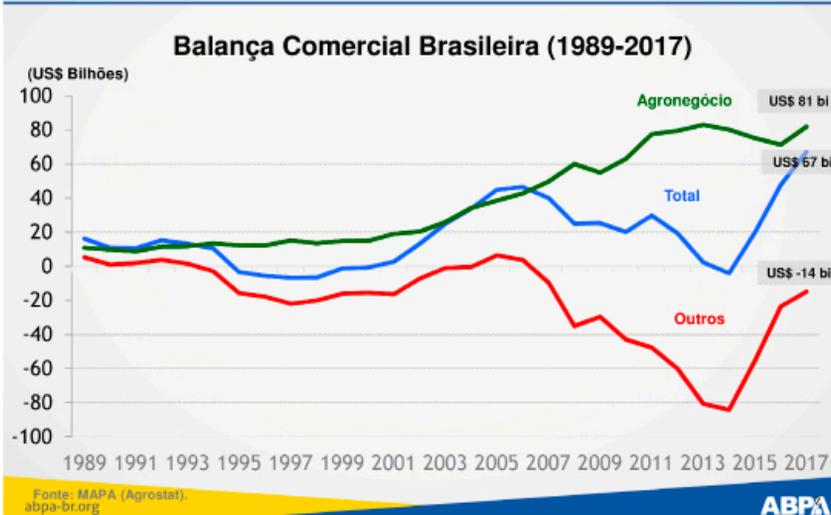
- 2° maior produtor mundial de carne de aves (14,5%) 4° maior de carne suína (3%)
- Livre de Influenza Aviária e Newcastle (aves) e de Febre Aftosa (suínos)
- Mais de 100 mil produtores rurais integrados
- Valor Bruto da Produção: R\$ 62,6 bilhões (2017)
- 4 milhões de empregos diretos e indiretos gerados

Exportação: 5,12 milhões de tons / US\$ 8,8 bilhões (2017)

- Maior exportador mundial de aves (36%) e 4° maior de suínos (9%)
- Mais de 150 países atendidos
- 18 estados exportadores

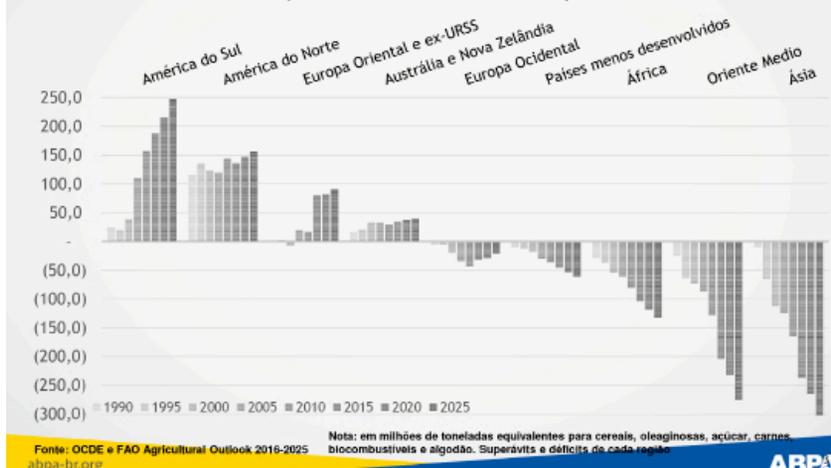
abpa-br.org **ABPA**

O agronegócio tende a permanecer como principal responsável pelos superávits comerciais brasileiros...



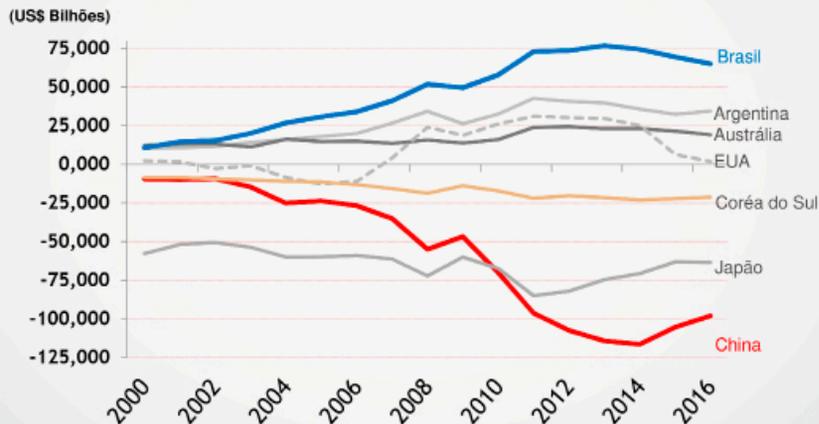
... estimulado por uma demanda que deve se fortalecer ainda mais principalmente na Ásia.

Comércio inter-regional líquido das principais commodities agroindustriais (em milhões de tons - 1990-2025)



Brasil e China tem papéis determinantes na oferta e na demanda mundiais de produtos do agronegócio...

Maiores superávits e déficits comerciais do agronegócio mundial

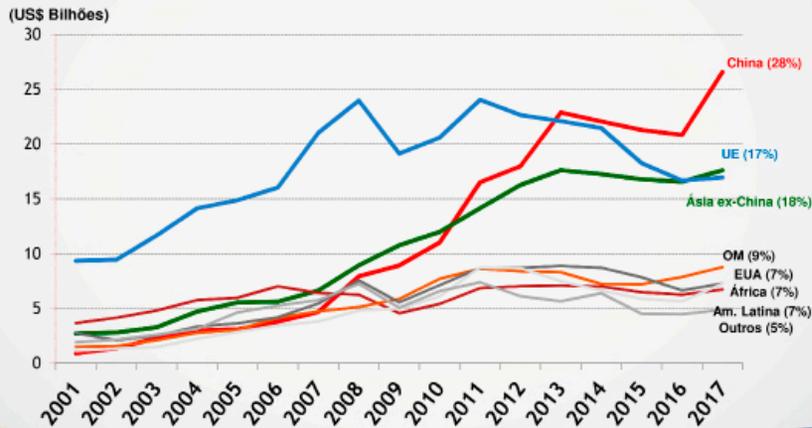


Fonte: OMC. Nota: China: China continental + Hong Kong + Macau
abpa-br.org

ABPA

...o que tornou a China o principal parceiro comercial do Brasil nos últimos anos.

Principais destinos das exportações do agronegócio brasileiro



Fonte: MAPA (Agrostat).
abpa-br.org

ABPA

Porém, a pauta de exportações brasileiras ainda está concentrada em produtos de baixo valor agregado (soja e derivados somam 43% do valor exportado, enquanto as carnes 3,8%).



Brasil para China (2017)			China para Brasil (2017)		
Produto	Valor (US\$ bi)	%	Produto	Valor (US\$ bi)	%
Complexo Soja	20,6	43%	Máquinas e aparelhos, material elétrico, suas partes	7,6	28%
Minério de ferro	10,4	22%	Produtos das indústrias químicas ou indústrias conexas	1,5	5%
Óleos brutos de petróleo	7,4	15%	Materiais têxteis e suas obras	0,7	3%
Pastas químicas de madeira	2,6	5,4%	Metais comuns e suas obras	0,5	2%
Carnes	1,8	3,8%	Material de transporte	0,4	2%
Outros açúcares de cana	0,1	0,3%	Plástico e suas obras	0,3	1%
Cobre refinado	0,2	0,4%	Mercadorias e produtos diversos	0,2	1%
Outros	4,5	9,5%	Outros	16	59%
Total	47	100%	Total	27,3	100%

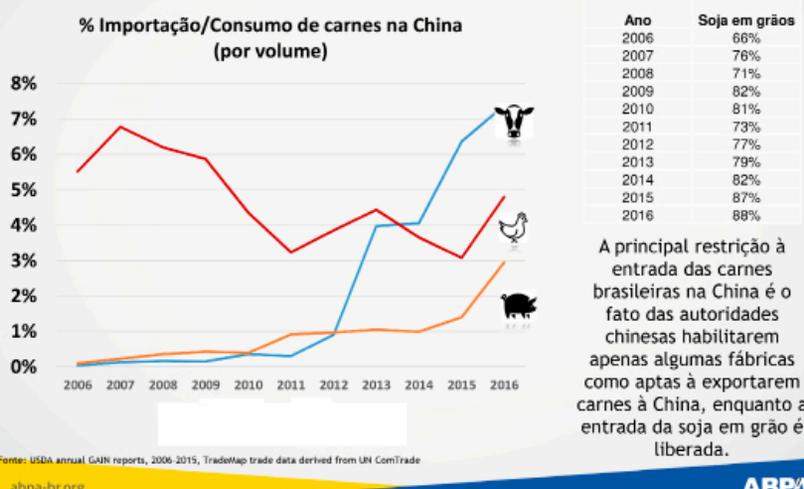
A soja exportada serve para alimentar suínos e aves na China, que competem com nossas exportações destas carnes para aquele país. Exportar mais carnes significa agregar valor à pauta exportadora brasileira, gerando investimentos, empregos e renda!

abpa-br.org

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC



Enquanto a importação da soja é liberada pela China, as carnes sofrem restrições, fazendo com que as importações representem fatia pequena do consumo chinês...



...mas a China será responsável por um terço do aumento da demanda mundial por carnes até 2020 (14 milh. de tons).

Crescimento projetado do consumo global de proteínas

MTons



FONTE: USDA; EIU; BCG
abpa-br.org

ABPA

Um maior acesso ao mercado da China é fundamental para a ampliação das exportações brasileiras de carnes de aves e suínos, complementando as exportações de grãos.

- ✓ O Brasil é o maior exportador de carne de aves do mundo (4,3 milhões de tons em 2016, no valor de US\$ 7,2 bi) e o quarto maior exportador de carne suína (697 mil tons no valor de US\$1,6 bi)
- ✓ Atualmente o Brasil tem 36 abatedouros de aves habilitados pela China, que exportaram 391 mil toneladas de carne (US\$761 milhões) ao país em 2017.
- ✓ O Brasil tem também 10 abatedouros de suínos habilitados pela China, que exportaram 48,9 mil toneladas de carne ao país (USD 100 milhões) em 2017.
- ✓ Porém, o consumo chinês absorveria uma importação muito maior do Brasil.
- ✓ O Brasil não exporta ainda mais carne de aves e suínos à China por três principais motivos:
 1. Quase 100 abatedouros brasileiros aguardam visita da China para serem habilitados;
 2. Restrições sanitárias são eventualmente aplicadas a cargas brasileiras e suas consequentes medidas punitivas;
 3. A China impõe algumas restrições sanitárias a produtos de suínos, como a proibição da importação de miúdos (a China é o maior mercado mundial destes produtos) e a proibição de importação de cortes com osso de estados que não sejam livres de febre aftosa sem vacinação (apenas Santa Catarina tem este status hoje).

abpa-br.org

ABPA

ANEXO II: Participantes da IV Reunião

Rio de Janeiro

Alexandre Barragat	<i>FINEP</i>
Alexandre Lowenkron	<i>Banco BBM</i>
Barbara Brant	<i>CEBRI</i>
Cláudio Figueiredo Coelho Leal	<i>BNDES</i>
Damares Monte Castro	<i>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento</i>
Daniel Miguel Klabin	<i>CEBRI, Conselho Curador</i>
Denise Gregory	<i>CEBRI, Conselho Curador</i>
Eduardo Prisco Paraiso Ramos	<i>CEBRI, Sócio Individual</i>
Fabiano Escher	<i>CPDA, UFRRJ</i>
Felipe Pinto	<i>Banco BBM</i>
Gabriel Torres	<i>CEBRI</i>
João Sampaio Vianna	<i>CEBRI, Associado PJ - Ipanema Investimentos</i>
José Botafogo Gonçalves	<i>CEBRI, Conselho Curador</i>
José Pio Borges	<i>CEBRI, Presidente do Conselho Curador</i>
Julia Dias Leite	<i>CEBRI, Diretora Executiva</i>
Leandro Rothmuller	<i>Banco BBM</i>
Lia Valls Pereira	<i>FGV</i>
Luiz Augusto de Castro Neves	<i>CEBRI, Membro do Conselho Curador</i>
Márcio Fortes	<i>CEBRI, Sócio Individual</i>
Maria Antonieta Parahyba Leopoldi	<i>PPED/UFRJ</i>
Miguel Flaksman	<i>Banco BBM</i>
Paulo Ferracioli	<i>CEBRI, Sócio Individual</i>
Quillen Sanchez	<i>CEBRI</i>
Reinoldo Poernbacher	<i>CEBRI, Associado PJ - Klabin</i>
Ricardo Kenzo Motomatsu	<i>CEBRI, Associado PJ - Siemens</i>
Roberto Abdenur	<i>CEBRI, Membro do Conselho Curador</i>
Roberto Fendt	<i>CEBC</i>
Rodrigo Acioli	<i>FINEP</i>
Shaohui Yang	<i>Banco BBM</i>
Tulio Carrielo	<i>CEBC</i>
Valdemar Carneiro Leão	<i>Consultor</i>
Vito Jarque	<i>Banco BBM</i>

Washington

André Soares de Oliveira	<i>BID</i>
Guilherme Piereck	<i>BID</i>
Mark S. Langevin	<i>CEBRI, Associado PJ - The George Washington University</i>
Pablo Bentes	<i>CEBRI, Associado PJ - Steptoe</i>
Sergio Suchodolski	<i>New Development Bank (NBD)</i>

São Paulo

Adriano Zerbini	Convidado
Denise Andrade Rodrigues	BNDES
Guilherme Quintella	EDLP - Estação da Luz Participações Banco do Brasil
Jefferson Antoniolo Hammes	Banco BBM
Leonardo Oliveira	BNDES
Luciane Paiva D'Avila	Sociedade Rural Brasileira
Marcelo Vieira	CapTalys
Margot A. Greenman	Bunge Brasil
Martus Tavares	Concremat
Mauro Viegas Neto	Banco BBM
Octavio Rodrigues	CEBRI, Associado PJ - Siemens
Ricardo Kenzo Motomatsu	

Pequim

Hugo Freitas Peres	Embaixada do Brasil na China
José Mario Antunes	APEX
Marcelo Souza Della Nina	Embaixada do Brasil na China
Marcos Jank	BRF
Tatiana Rosito	CEBRI, Senior Fellow

Brasília

Alberto Pfeifer	Conselho Empresarial da América Latina
Alexandre Ruggieri Kosbiau	Ministério da Fazenda
Álvaro Schwerts Tosetto	Banco do Brasil
Ana Carolina Albero Belisário	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Augusto Castro	APEX
Claudia C. Tomazi Peixoto	Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos
Eduardo Antonio Gomes Barbosa	Auditor Federal de Finanças e Controle
Fernanda Vanessa Mascarenhas Magalhães	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Luiz Antônio Gonçalves Rodrigues de Souza	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Marcello de Moura Estevão Filho	Ministério da Fazenda
Marco Aurélio dos Santos Rocha	Ministério da Fazenda
Marco Tulio Scarpelli Cabral	FUNAG
Mauro Costa Miranda	Banco Central do Brasil
Mirna Larissa Wachholz Cabral	Vallya Participações

Conselho Curador do CEBRI

Presidente

José Pio Borges

Presidente de Honra

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Presidentes

José Luiz Alquéres

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Tomas Zinner

Vice-Presidentes Eméritos

Daniel Klabin

José Botafogo Gonçalves

Luiz Augusto de Castro Neves

Rafael Benke

Conselheiros Eméritos

Celso Lafer

Marcos Azambuja

Pedro Malan

Roberto Teixeira da Costa

Rubens Ricupero

Conselheiros

Aldo Rebelo

Anna Jaguaribe

Armando Mariante

Arminio Fraga

Carlos Mariani Bittencourt

Cláudio Frischtak

Denise Gregory

Gelson Fonseca Jr.

Henrique Rzezinski

Joaquim Falcão

Jorge Marques de Toledo Camargo

José Alfredo Graça Lima

Luiz Fernando Furlan

Luiz Ildelfonso Simões Lopes

Marcelo de Paiva Abreu

Maria do Carmo (Kati) de Almeida Braga

Maria Regina Soares de Lima

Renato Galvão Flôres Jr.

Roberto Abdenur

Roberto Giannetti da Fonseca

Ronaldo Sardenberg

Ronaldo Veirano

Sérgio Quintella

Sérgio Amaral

Vitor Hallack

Winston Fritsch

Mantenedores



Museu do Amanhã



Patrocinadores



Apoio



Associados Estrangeiros

Elliott School of
International Affairs
THE GEORGE WASHINGTON UNIVERSITY

MCLARTY 
ASSOCIATES

Steptoe
STEPTOE & JOHNSON LLP

Associados Diplomáticos



Ard-Chonsalacht na hÉireann | São Paulo
Consulate General of Ireland | São Paulo
Consulado-Geral da Irlanda | São Paulo



CONSULADO GENERAL
DE MÉXICO

Canada 

Sócios Individuais

Adriano Abdo
Aleksander Medvedovsky
Álvaro Otero
Arminio Fraga
Carlos Eduardo Ernanny
Carlos Leoni de Siqueira
Carlos Mariani Bittencourt
Celso Lafer
Christian Lohbauer
Christiane Aché
Claudine Bichara
Daniel Klabin
Décio Oddone

Eduardo Marinho Christoph
Eduardo Prisco Paraíso Ramos
Fernando Cariola Travassos
Fernão Bracher
Frederico Axel Lundgren
Henrique Rzezinski
Jacques Scvirer
João Felipe Viegas Figueira de Mello
José Francisco Gouvêa Vieira
Larissa Wachholz
Luiz Fernando Bodstein
Marcelo Viera
Marcio João de Andrade Fortes

Marco Antonio Ribeiro Tura
Maria Pia Mussnich
Mauro Ribeiro Viegas Neto
Paulo Ferracioli
Pedro Brêtas
Ricardo Levisky
Roberto Abdenur
Roberto Guimarães Martins-Costa
Roberto Prisco Paraíso Ramos
Roberto Teixeira da Costa
Stelio Marcos Amarante
Tomas Zinner
Vitor Hallack
Winston Fritsch

Parceiros institucionais e sócios pro bonos



Parceiros de Projetos





CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Desde 1998, o *think tank* de referência em relações internacionais no Brasil. Eleito em 2017 o quarto melhor da América do Sul e Central pelo índice global do Think Tanks and Civil Societies Program da Universidade de Pensilvânia.

ONDE ESTAMOS:

Rua Marquês de São Vicente, 336
Gávea, Rio de Janeiro - RJ - Brazil
22451-044

Tel: +55 (21) 2206-4400

cebri@cebri.org.br



www.cebri.org